

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria de Auditoria Interna, no ciclo que abrange os exercícios de 2018 - 2021, tem envidado esforços para aprimorar o seu processo de planejamento. A necessidade de direcionar recursos de forma a fortalecer a governança e agregar valor e benefícios ao STJ tornou-se fundamental para o cumprimento das iniciativas da área que devem estar em estreita harmonia com os objetivos do Tribunal.

Para o contínuo aprimoramento deste Planejamento é necessária a sua atualização periódica. Dessa forma, este Plano Diretor foi revisado ao final de cada exercício, alinhado aos objetivos estratégicos institucionais.

Esse documento atende às exigências da Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020, que aprovou as diretrizes técnicas das atividades de auditoria interna governamental do Poder Judiciário, especialmente no que diz respeito ao processo de planejamento das auditorias. A atualização representa a versão para 2021 e aponta a direção para a elaboração do Plano Operacional para o próximo ano.